

São José das Palmeiras, 12 de Dezembro de 2019.

DE: SECRETÁRIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

PARA: SETOR DE FINANÇAS

Prezada Senhora

Solicito que informe a dotação orçamentária para as seguintes aquisições/serviços: aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática, destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR; Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento de Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR.

Cordialmente

CLEBER DE CARVALHO PIERAZO

Secretária Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes

São José das Palmeiras, 10 de Janeiro de 2020.

De: Setor de Finanças

Para: Secretária de Obras, Urbanismo e Transportes

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para pagamento das seguintes aquisições/serviços: aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR; Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR, sendo que o pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2620	07.001.15.452.0008.1011	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2020	2642	07.001.15.452.0008.1011	742	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2020	2720	07.001.15.452.0008.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2731	07.001.15.452.0008.2042	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2890	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2020	2891	07.001.15.452.0008.2044	742	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

Cordialmente

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro

Secretária de Finanças

TERMO DE REFERÊNCIA

DA: SECRETÁRIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1. OBJETO

Aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR; Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de processo licitatório para aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR e Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR.

A necessidade da aquisição desses materiais justifica-se para estruturação da Coleta Solidária com inclusão de Catadores do Município, através da liberação de recursos conforme convênio 4500046685, celebrado entre Itaipu Binacional e São José das Palmeiras. Ressalta-se que são equipamentos imprescindíveis para possibilitar bom convívio dos catadores com a UVR, visando melhorar as condições de trabalho e segurança no local.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2010) o município de São José das Palmeiras possui área territorial de 183.282 km², com 3.830 habitantes, sendo 2.411 moradores da área urbana e 1.419 da área rural.

No ano de 2017, após análise da geração de resíduos sólidos domiciliares no município, constatou-se a geração diária de 2.930 kg/dia, ou seja, anualmente, são destinados

incorretamente cerca de 1.069,45 toneladas de resíduos sólidos para o aterro do município, gerando um gasto de R\$ 239.361,75 com serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Em estudo gravimétrico no mesmo ano, verificou-se que 53,77% dos materiais depositados no aterro controlado municipal são passíveis de reciclagem. Atualmente, o município não conta com coleta seletiva de resíduos recicláveis e não possui iniciativas de educação ambiental voltadas para a redução da geração, reutilização e reciclagem dos resíduos.

Considerando o alto índice de geração de resíduos sólidos no município de São José das Palmeiras e a possibilidade de minimizar despesas e gerar renda para catadores de materiais recicláveis, necessita-se investir na criação de um grupo, formalizado, de pessoas que trabalham com resíduos e auxiliam na redução de gastos voltados aos materiais gerados pela população.

Atualmente há um grupo de 5 pessoas que auxiliam na segregação dos materiais recicláveis coletados no município. Ressalta-se a importância da realização da coleta seletiva e da formalização da Associação, tanto para garantir qualidade de vida e trabalho para os catadores de materiais recicláveis, quanto minimizar os impactos ambientais, reduzir a quantidade de resíduos depositados no aterro controlado e, ainda, gerar renda aos envolvidos no trabalho.

A implantação de coleta seletiva nas linhas do município traz benefícios ao meio ambiente e à saúde da população, além de benefícios econômicos gerados na venda de materiais, na redução de espaços utilizados na área de disposição final e na redução do consumo de energia e de matérias primas, promovendo assim redução da poluição ambiental.

Por fim, para a formalização da Associação de Catadores torna-se necessária a contratação de empresa que presta serviços técnicos de apoio contábil para atuar na UTVMR, visto a necessidade de conhecimentos específicos sobre estatuto social, junta comercial, recolha de INSS, associativismo e demais assuntos relacionados ao coletivo de catadores do município.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o menor preço unitário por item.

O(s) produto(s) e o(s) serviço(s), objeto desta licitação, deverão atender as especificações mínimas exigidas no Anexo I.

Não serão aceitas várias cotações (opções) de preço para o mesmo item. Caso as propostas venham acompanhadas de opções, serão analisadas e julgadas somente as cotações de menor preço, desconsiderando as demais, independente de atendimento ou não das especificações técnicas estabelecidas no Anexo I.

O(s) produto(s) serviço(s) a serem fornecidos devem atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

O(s) produto(s), objeto desta licitação, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) após assinatura do contrato, sem qualquer acréscimo de despesa com entrega e transporte. Os serviços contábeis e jurídicos devem ter início conforme edital.

O valor máximo para aceitação das propostas será o valor constante para cada item descrito no objeto. Serão desclassificadas as propostas com preços superiores ao fixado em cada item. A apresentação da proposta implica automaticamente no conhecimento pleno e aceitação de todas as condições expressas neste edital.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

ANEXO I

QTD	Descrição Mínima	Média
1	Sistema de alarme - Equipada com Discador GSM/SMS, informa disparo, arme e desarme via SMS ou chamada; Arma e desarma via SMS ou chamada sem custo; Programação via SMS; 6 Sensores infravermelho com fio de uso interno para alarmes, 01 barreira infravermelho, 05 sensores de portas ou janelas; 2 controles para armar e desarmar o alarme, 1 Bateria de 12 v, 01 Rolo com 100 metros de cabo 4 vias e 02 sirenes. Todo sistema instalado pela empresa fornecedora.	3.187,00
1	Impressora: Multifuncional; Tecnologia de Impressão Multifuncional Laser Eletrofotográfico; Funcionalidade Impressora color, Copiadora e Scanner; Impressão frente e verso automática; Função Multicópias; Tamanho de Papel Carta, A4, Folio, B5 (ISO/JIS), A5, A5 (borda longa), B6 (ISO), A6, Executivo, Ofício e Folio; Interface USB 2.0 de Alta Velocidade; Acompanhamento de Tonner, Fonte de Energia 110-120 V AC 50/60 Hz e Cabo USB; Compatível com Sistema Operacional Windows 10 Pro.	2.834,00
1	Aspirador de pó industrial (coletor de pó), Tensão: 110V, Potência: 1200W, Vácuo: 2400mmH2O, Aspiração: 215m³/h, Ruído: 72dB, Reservatório: 52 Litros - Dimensões: 38 x 38 x 49 cm.	2.250,00
1	Balcão em madeira, com três portas grandes e quatro gavetas, com dobradiças metálicas, pintura UV, puxadores e pés em plástico, com pia	1.240,00

	tampo inox. Largura: 147 cm. Altura: 82 cm. Profundidade: 51 cm. Peso: 37 Kg. Material da Estrutura: MDP 15 mm., Material do Fundo: MDF 3 mm., Peso Suportado: 40 Kg distribuídos.	
1	Mesa Refeitório com Banco Conjugado 8 lugares, tampo produzido em MDF 25 mm de espessura, com filete nos contornos, estrutura em aço com tratamento antiferrugem, com pintura epóxi eletrostática. Medidas do tampo principal L. 240, P. 80 cm, medidas tampo do banco D. 30 cm, medidas da área total L. 240 x P 140 x A 74 cm.	2.664,00
10	PEV/Lixeiras - Pontos de Entrega Voluntária: Telha soldada 5x5 (mm), x 2,00 mm. Portinha de 1,80m de altura por 1,0 m de largura com duas dobradiças gonzo e porta cadeados. Telha malha de 5x5 mm x 2,00 mm. Cobertura com bordas sobressalentes com chapas de zinco 0.50 2,20m x 1,20m (2,64 m²). Estrutura com tubo retangular 30x40x18. Pés com 0,80 cm de altura. Mão de obra, solda e pintura. O PEV terá medidas frontais de 1,80 x 2,00 m; largura lateral total de 1,80 x 1,0 m com caimento de 10% na parte traseira; medida de fundo de 1,70 x 2,0 m; e cobertura 2,2 m x 1,20 m. Considerando as bordas e a pintura com tinta epóxi a base de solvente. A estrutura deverá ter base/pernas adaptadas para ser chumbada/cimentada abaixo do solo. Conforme modelo exemplificativo abaixo exposto (Figura 1).	2.034,00
1	Armário multiuso para escritório, 30 cm de profundidade, altura de 1,60 metros, peso de 22,5 kg, largura de 52 cm, duas portas, mínimo 6 prateleiras.	937,00
12 MENSAIS	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contábeis de apoio a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras	814,00

Para a contratação de apoio técnico contábil, são ainda obrigações da contratada:

- a) Classificação e escrituração da contabilidade de acordo com as normas e princípios contábeis vigentes e cumprimento das obrigações acessórias; Assessoria na preparação dos documentos de contabilidade; Atualização dos CNAEs;
- b) Assessoria e consultoria para o planejamento tributário – notas fiscais de venda e outros; Apuração dos impostos e emissão das guias; Elaboração do plano de contas contábil; Elaboração das conciliações contábeis; escrituração de notas fiscais;
- c) Elaboração de relatórios gerenciais; Preparação das provisões de Balanço; Elaboração do Balanço Anual, Demonstração de Déficit e Superávit, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Origens de Recursos e Notas Explicativas; ECD – Escrituração Contábil Digital – anual, incluindo também apuração de resultados, emissões de peças contábeis, notas explicativas, livro caixa;

d) DCTF – Declaração de Contribuições e Tributos Federais - mensal. ECF – Escrituração Contábil Fiscal – anual. SPED Fiscal ICMS/IPI – mensal. EFD - Escrituração Fiscal Digital – mensal. DIRF – Declaração de Imposto de Renda na Fonte - anual. E-Social – mensal. Informe de Rendimentos – PF e PJ – anual.

e) RAIS – Relação Anual de Informações Sociais;

f) Preparação dos relatórios para atendimento da legislação do Imposto de Renda;

g) CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – quando ocorrer admissão e dispensa de empregados; Registro de admissão e demissão dos empregados contratados, com as respectivas informações legais e periódicas; Orientações sobre recolhimento da guia do INSS e apoio aos associados para realização;

h) Elaboração de folha de pagamento e recibos, mensais ou semanais, mediante a disponibilização dos cartões ponto até o dia 25 de cada mês; Emissão de impostos e guias para o recolhimento de contribuições decorrentes da folha de pagamento e a terceiros; Emissão de certidões negativas; Controle de Contratos de Experiência, férias, etc.; Registro ou alteração do cadastro da Associação ou Cooperativa junto aos órgãos: Federal, Estadual e Municipal; Assessoria para a Gestão Financeira, implantação de Controles e organização e gestão internas;

i) Elaboração de fechamento de balanço – emissão e apresentação do balanço patrimonial e DRE para assembleia geral para prestação de contas anual;

j) Legalização empresarial - alterações e adequações do estatuto social, transferência e encerramento, alterações de CNPJ, registros de atas e regulamentos internos, alvarás de funcionamentos, licenças ambientais;

k) Elaboração de planejamento tributário anual, emissão de documentos para licitações e convênios com órgãos públicos e privados, auxiliando na elaboração de contratos e adequação da sociedade;

l) Quitação de taxas relativas à manutenção e regularização das atividades contábeis da associação.

Figura 1 - Modelo Exemplificativo de Lixeiras - Pontos de Entrega Voluntária:



5. DO LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

O(s) produto(s) deverá(ão) ser(em) entregue(s) no Município de São José das Palmeiras, na EMATERe o(s) serviço(s) será(ão) realizado(s) conforme demanda na Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR), com exceção das Lixeiras - Pontos de Entrega Voluntária, as quais deverão ser instaladas no local indicado pela administração.

6. DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega do(s) produto(s) será(ão) de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, sendo que a vigência do contrato será de 90 dias, também após a assinatura do contrato.

O prazo de execução de serviços é de 12 (doze) meses, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período e a vigência do contrato é de 13 (treze) meses.

7. DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da entrega do(s) produto(s) ficará a cargo da servidora, a **Sr^a. Marisa Mendes de Araújo**, podendo recusar-se a receber produtos cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas; Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores; Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão; Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato; Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave; Solicitar a(s) mercadoria(s); Verificar a qualidade e quantidade da(s) mercadorias(s) entregue(s);

9. DO PAGAMENTO

Para os serviços/produtos executados/adquiridos em parceria com a Itaipu Binacional – Convênio 4500046685, a transferência dos recursos financeiros será efetuada após a geração da nota fiscal, entrega dos equipamentos e posterior elaboração da folha de medição feita por representante da Itaipu e Prefeitura.

Após entrega da referida folha no setor de protocolo da ITAIPU, pagamento em 30 (trinta) dias corridos, condicionada à apresentação e aprovação da Prestação de Contas das atividades/equipamentos realizadas no mês e assim sucessivamente até a Prestação de Contas Final.

Os pagamentos dos serviços/produtos realizados/adquiridos com recursos próprios/livres do município serão realizados conforme a entrega dos produtos, solicitados pela Secretaria competente, observada a tramitação para empenhamento, mediante emissão de regular documentação.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2620	07.001.15.452.0008.1011	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2020	2642	07.001.15.452.0008.1011	742	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2020	2720	07.001.15.452.0008.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2731	07.001.15.452.0008.2042	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2890	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2020	2891	07.001.15.452.0008.2044	742	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

11. DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

Pelo presente declaro que os orçamentos contendo cotação de preços das empresas:Pride Atacado Eireli, Sarthof Eletro e Serviços LTDA – ME, Seven Comércio e Equipamentos LTDA, Rubens Contabilidade,Escritório Saldanha, Genius Contabilidade, Metalurgica Confiança Eireli, Vanderlei Mateus Bobinski Moraes e Luana Karine Nitsche, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência.

CLEBER DE CARVALHO PIERAZO

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes

12. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá(ão) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras/PR, 30 de janeiro de 2020

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

CLEBER DE CARVALHO PIERAZO

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes

São José das Palmeiras, 31 de Janeiro de 2020.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Comissão Permanente de licitação

Prezado Senhor:

Em vista da solicitação da Secretaria de Obras Urbanismo e Transportes, para Aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR e Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento de Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento a abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente

GILBERTO FERNANDES SALVADOR

Prefeito Municipal

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Licitação modalidade Pregão Presencial nº 05/2020

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes, referente ao Pregão Presencial nº 05/2020, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo “menor preço”, para Aquisição de móveis, sistema de alarme, equipamentos para escritório e informática destinados a Unidade de Tratamento e Valorização de Materiais Recicláveis (UTVMR) do Município de São José das Palmeiras/PR e Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contábeis de apoio a Unidade de Tratamento de Valorização de Materiais Recicláveis UTVMR e aquisição de estruturas metálicas denominadas Pontos de Entrega Voluntária para possibilitar a coleta seletiva na área rural do município de São José das Palmeiras/PR., que faz parte deste Pregão Presencial veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Presencial, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns, tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Por outro lado, se faz necessário manifestar acerca da realização de licitações na modalidade Pregão, em sua forma presencial, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, firmado através do Acórdão nº 2.605/2018, sobre a utilização prioritária do Pregão em sua forma eletrônica.

Embora o TCE/PR, através do Acórdão nº 2605/2018 tenha firmado entendimento no sentido de que o Pregão em sua forma eletrônica deve ser utilizado como regra pela Administração Pública, a própria decisão frisa que, conforme o caso concreto e desde que devidamente justificada a escolha, pode ser utilizado o Pregão em sua forma presencial.

Assim, ressalta-se que tal escolha deve considerar as particularidades de cada município, tendo em vista a situação local de cada ente, que difere bastante em razão do

tamanho e das condições econômicas de cada cidade, bem como em razão das peculiaridades de fornecedores locais.

Passamos, portanto, a analisar as situações que justificam no Município de São José das Palmeiras/PR, a utilização do Pregão em sua forma presencial.

Verifica-se que a maioria das licitações realizadas no Município de São José das Palmeiras/PR se dão através da modalidade Pregão, em sua forma presencial, em razão das particularidades que envolvem as compras e contratações públicas da Administração Municipal, conforme passamos a analisar.

O primeiro ponto a ser analisado é o que determina o regulamento municipal quanto ao tema, pois bem, no Município de São José das Palmeiras/PR a utilização do Pregão está disciplinada pela Lei Municipal n.º 402/2009.

A referida norma estabelece no Art. 2º, § 2º, que “poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação próprios ou por convênios ou contratos firmados com as instituições de que trata o parágrafo anterior, por meio de regulamentação específica através de ato do Executivo, em observância da legislação federal regente da espécie”.

Contudo, nota-se que não há ato do executivo municipal sobre a utilização do Pregão em sua forma eletrônica.

A utilização da licitação na modalidade Pregão está disciplinada pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, o qual estabelece no § 1º do art. 3º que “dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão”.

Assim, na esfera federal o Pregão Eletrônico na legislação federal foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, o qual determina no art. 2º que “o pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet”.

Contudo é bastante importante avaliar que o objetivo principal da licitação é o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, situação esta que, considerando a realidade do Município de São José das Palmeiras/PR, não se alcançará se a regra for realizar Pregões na forma eletrônica.

Por outro lado, se faz também necessário nessa abordagem considerar que o Município é de pequeno porte, conta com pouco mais de 3 (três) mil habitantes, conforme o último censo realizado, além disso é um Município de baixa arrecadação, cujas receitas previstas, comparado à Municípios maiores, são bem pequenas, como é o caso da previsão de receitas para o ano.

Assim, considerando que as compras e contratações feitas pela municipalidade não apresentam, em regra, complexidade nos objetos licitados frequentemente, a Administração

Municipal acaba por se valer do Pregão em quase a totalidade de suas licitações para a aquisição de bens e serviços comuns, na sua forma presencial.

Ainda, é preciso ponderar que a maioria das demandas de compras e contratações que o Município de São José das Palmeiras/PR necessita fazer para atendimento de suas necessidades públicas e para que possa manter a máquina pública girando, são em sua grande maioria de itens ou de serviços, simples, sem menores complexidades que são atendidos por fornecedores locais e ou regionais.

Além disso, cabe consignar nesta análise que a realidade das empresas locais e regionais do Município e das cidades vizinhas, que também são municípios de pequeno porte, é constituída por empresas pequenas, na maioria das vezes microempreendedores individuais, os quais não apresentam condições de participar de pregões eletrônicos, seja por falta de recursos tecnológicos ou por falta de recursos financeiros e até mesmo de instrução suficiente para que possam concorrer com empresas mais bem estruturadas.

Por todo o exposto, fica caracterizado que é desvantajoso ao Município de São José das Palmeiras realizar toda e qualquer licitação para aquisição ou contratação de itens comuns através de licitação na modalidade Pregão em sua forma presencial.

Além do grande prejuízo que é a falta de participação de empresas locais, fato este contrário à busca pelo desenvolvimento econômico local, há que se considerar que a utilização da forma eletrônica do Pregão resultaria em contratações de empresas distantes, encarecendo assim os custos para o Município, pois as compras e contratações são feitas geralmente em pequenas quantidades, considerando o porte do Município e a demanda a ser atendida.

Cabe ainda destacar que em muitas situações, como por, exemplo, contratações de serviços de mecânica e elétrica de automóveis, fornecimento de combustíveis e de saibros e pedras para as estradas rurais do Município, o qual, ressalte-se, é em sua grande maioria de extensão rural, há limitação de distância para a participação das empresas, de forma justificada, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da economicidade e da eficiência, pois não se mostra sequer plausível que para abastecer um veículo, ou para realizar manutenção na frota municipal o Município precise arcar com gastos de deslocamentos distantes.

Outro fator a ser considerado na escolha da modalidade Pregão em sua forma presencial em detrimento à forma eletrônica é o que para realização desta última o Município precisa se utilizar de plataformas específicas, dentre elas a Plataforma do Banco do Brasil, porém, tais plataformas representam custos para a municipalidade, como é o caso da Plataforma do Banco do Brasil, que custa em média R\$ 200,00 (duzentos reais) por certame, mais R\$ 11,00 (onze reais) por lote/item, significando um custo alto se considerarmos que há licitações com mais de 100 (cem) itens.

Além disso, cabe anotar que para o Município de São José das Palmeiras/PR que conta com um quadro bem reduzido de servidores, onde no Departamento de Compras e Licitações

há apenas um servidor que atua como Pregoeiro, o qual precisa realizar todos os atos do certame, bem como analisar toda a documentação de empresas participantes.

Portanto, a modalidade Pregão em sua forma presencial se mostra mais célere e eficaz nas compras e contratações deste Município.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 07 de Fevereiro de 2020.

Herbert Correa Barros

Advogado do Município